

Pacto social para a Europa

**BERNADETTE SÉGOL
E IGNACIO F. TOXO**

Secretária-geral e presidente da Confederação Europeia de Sindicatos

A União Europeia (UE) só poderá sobreviver à espiral de crises em que se encontra atolada fazendo escolhas políticas firmes e resolutas. A Europa só poderá progredir e sair da crise reforçando a coesão e a solidariedade..

Este desafio foi assumido pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) no encontro realizado nos dias 5 e 6 de Junho de 2012, no qual os líderes sindicais europeus aprovaram por unanimidade um novo Pacto Social

para a Europa, assente em três pilares: social-democracia – colocando particular ênfase no respeito pela negociação colectiva –, governo económico ao serviço do crescimento sustentável e da qualidade do emprego, e justiça económica e social através de políticas redistributivas, fiscais e de protecção social.

A Europa caiu na armadilha da austeridade. A maioria dos governos está a atacar os sistemas de protecção social, os salários, o alar laboral e, inclusive, direitos fundamentais. O resultado de três anos de políticas de austeridade – desregulação e privatizações – é hoje particularmente visível: escalada do

desemprego, estagnação económica, aumento da desigualdade, aparecimento de uma nova classe de trabalhadores “precaríos” e desespero social.

A Europa precisa de mudar radicalmente o seu rumo. Para que a saída da crise seja bem sucedida é preciso fortalecer o governo económico sem impor desvalorizações internas ou um vasto programa europeu de austeridade. Este novo governo deve ser implementado para responder aos desafios de uma prosperidade sustentável. Deve apoiar a cooperação e a coordenação das políticas económicas e os investimentos que promovam uma economia de baixo carbono. Deve

fazer parte de um quadro político e institucional transparente, que reflita o nosso destino comum, em particular através da criação de ‘eurobonds’ e de um Banco Central Europeu mais interventivo na gestão da crise, da convergência e harmonização das políticas fiscais, da implementação rápida do imposto europeu sobre transacções financeiras e de um combate mais assertivo aos paraísos fiscais.

Este novo governo, para se manter fiel ao objetivo de “trabalho decente” para todos, deve também garantir a qualidade do emprego, salários justos, tratamento igualitário e um

bom sistema de protecção social.

Ouvem-se cada vez mais apelos à adopção de políticas promotoras do crescimento. A CES subscrive estes apelos, mas questiona a substância desse crescimento e os meios usados para repô-lo. Não acreditamos que as reformas estruturais do mercado laboral criem riqueza e menos ainda prosperidade. A CES aprovela a reunião do Conselho Europeu hoje e amanhã em Bruxelas, crucial para o futuro da UE, para apelar a todos os ‘players’ europeus que se envolvam nesta discussão sobre um novo Pacto Social para a Europa. ■

Tradução de Ana Pina